



El Magisterio y la formación de los profesores en la educación superior

Lorena Lima Ribeiro

: lenna1974@hotmail.com

Recebidos: Dezembro 2016 - Aceito: Março 2017

Faculdade do Ciências Humanas
Universidade Estadual do Maranhão

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Atenas Maranhense, atualmente Faculdade Pitágoras.

Funcionária da Secretária Municipal de Educação de São Luís-MA, Coordenação de Inspeção Escolar.

Mestranda em Educação pela Universidade Del Salvador em Buenos Aires-Argentina

Professora titular do Curso de Pedagogia da Faculdade do Maranhão e Professora de cursos de Pós-graduação em Psicopedagogia.

realiza por meio da ação entre as pessoas; de um lado, o docente, de outro, o aluno. Mostrando assim a importância da formação desse profissional, que deve estar sempre em busca do aperfeiçoamento não somente de sua forma de ensinar, mas também de sua maneira de aprender, sentindo-se assim mais do que um instrumento de uso do processo, sentindo-se como parte do mesmo.

Buscou-se nesse estudo elementos que pudessem auxiliar em um melhor entendimento sobre o perfil do pedagogo para a docência, que configurou-se como a direção para o desenvolvimento desse trabalho. Inicia-se mostrando os inúmeros projetos educacionais implantados no Brasil, cujo objetivo muitas vezes perdeu-se com o tempo, mesmo a partir de situações pensadas como forma de atender às exigências dos organismos internacionais.

Dessa forma, esse estudo possibilita reflexões acerca de alguns aspectos que considerou-se relevantes no decorrer do processo de desenvolvimento do ensino superior no Brasil, bem como as condições de aprimoramento da prática docente do pedagogo, responsável pela formação básica das crianças brasileiras.

I. Introdução:

A constante reflexão sobre o fracasso da educação, assim como a necessidade de profissionais com novas e desafiadoras propostas de o que fazer e com o fazer, advindos de demandas sociais cada vez mais impostas pelo sistema sempre será visto como um dos pontos cruciais colocados em debates sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. São questões que promovem um debate permanente acerca da reformulação de ações ligadas ao trabalho docente no ensino superior, bem como, a necessidade de um novo olhar sobre dessas questões. Este estudo tem como objetivo reconhecer os pilares básicos para a formação da identidade e da prática docente do pedagogo.

Pensar em educação sem contudo pensar no profissional que nela atua de nada adiantaria, pois a educação, como atividade social somente se

2. Formação docente no Brasil

Os projetos internacionais voltados para a formação de professores no Brasil materializaram-se mediante as políticas implantadas a partir da complexa conjuntura que se estabelecia no País, entre o final da década de 80 a 90, e, diante das novas demandas que aconteciam no mundo. Como exemplo, pontua-se a Conferência Mundial de Educação para todos realizada em Jomtien no ano de 1990, na Tailândia, a qual se configurou como um marco para os países em desenvolvimento. Contudo, foi o Consenso de Washington no ano de 1989 nos Estados Unidos, que marca o início de um projeto neoliberal para os países subdesenvolvidos, onde acordos políticos e econômicos foram realizados, objetivando, sobretudo o desenvolvimento econômico e social desses Países.

A partir do consenso de Washington⁽¹⁹⁸⁹⁾, verifica-se que a política e economia dos Países latinos americanos sinalizou a necessidade de promover mudanças estruturais em suas organizações, tendo em vista, que com a reforma do Estado seria necessária a reforma também educacional, uma vez que se fazia necessário atender as exigências estabelecidas para a obtenção dos objetivos traçados.

De acordo com a interpretação de Kliksberg⁽²⁰⁰²⁾, a visão do banco mundial em relação à América latina estava baseada na ideia de que era preciso investir nas questões sociais para que a economia pudesse atender as exigências internacionais, pois, possibilitar melhores condições de vida para a população significava um acesso maior ao consumo e, portanto a um desenvolvimento sustentável.

É nesse contexto que as mudanças em termos educacionais no Brasil são pensadas como forma de atender às exigências dos organismos internacionais. Tanto que, a atual formação do ensino superior no Brasil se mostra em resposta a implantação realizada na maioria dos Países latinos americanos, embora as mesmas sejam alvo de variadas críticas. Para Saviani⁽¹⁹⁹⁵⁾, as políticas instauradas para conquistar o auxílio financeiro internacional acabaram por influenciar bastante o campo educacional, exatamente por tratar-se de uma área com facilidade de propagação ideológica. Assim, as reformas educacionais ocorridas nos anos 1990, deram-se a partir dos ditames da produtividade com vistas as questões lucrativas.

Conforme analisa Maués⁽²⁰⁰³⁾ o processo de "implementação" das reformas educativas no Brasil contou com o apoio das políticas neoliberais à medida em que se abriu para o capital estrangeiro, tendo o mercado como seu principal articulador, o que transformou as reformas educacionais como instrumento usado pelo Estado para a manutenção de uma possível regulação da sociedade naquele momento. Dessa maneira, a educação destaca-se como um importante meio de possibilitar a mobilização das pessoas em relação à garantia de formação para todos. Nesse sentido, a formação de professores era essencial para garantir a sustentação dessa premissa.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/61), foi aprovada no ano de 1961, após um longo processo de discussão que se iniciou ainda no ano de 1948, quando o ministro da Educação na época, Clementi Mariani, levou para apreciação o projeto da Lei, que levou cerca de 10 anos para ser aprovado. Educadores

e estudantes mobilizaram-se em defesa da educação pública destacando seus aspectos sociais, a partir da garantia em que é assegurado em um Estado Democrático.

A implementação da primeira (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-4024/61) necessitava de uma estrutura a qual pudesse ser aplicada os dispositivos, a fim de cumprir os objetivos reais de contexto social e educacional para os quais foram criados. Nesse sentido, criou-se o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual iria cumprir suas metas do ano de 1962 a 1970, em relação ao ensino superior, Romanelli ^(1999, p. 185), destaca que: "(...), *Ensino Superior - expansão da matrícula para a inclusão, pelo menos metade das pessoas que completaram curso secundário.*"

Considerando que o foco deste estudo é a formação de pedagogos, vale mencionar que a Lei 4.024 / 61, desde a formação do magistério, no art. 52-61, e determinou que o curso normal tivesse a intenção de treinar professores, conselheiros, supervisores e gestores de educação primária e desenvolver conhecimentos sobre a educação das crianças. No caso do professor de nível superior, sua preparação seria a partir dos cursos de graduação e pós-graduação.

No ano de 1968 através da Lei Nº 5.540/68 foi realizada a reforma do ensino superior, pois, a sociedade clamava por isso, cujo objetivo era o desenvolvimento de uma Universidade mais autônoma, cujas ações fossem pautadas na liberdade de expressão, na pesquisa e, portanto que adotasse uma postura mais crítica. A aprovação da Lei 5.540 de 28 de Novembro de 1968 trouxe novas regras de organização e funcionamento das Universidades no Brasil.

A Reforma do Ensino Superior brasileiro foi criada durante os governos militares (1964-1985), cujo objetivo era o desenvolvimento do país, com base no processo de modernização pelo qual o país precisava passar naquele momento, frente as exigências do mercado internacional. Apesar de significativa, acabou por produzir efeitos de certa forma paradoxais, pois, de um lado buscou a modernização das Universidades tanto em seus espaços físicos quanto no que concerne às questões ligadas ao ensino e a pesquisa, que por sua vez estavam desconectadas, uma vez que com o processo de partimentalização, acabou por fragmentar a condução do conhecimento e portanto seu compartilhamento.

Conforme Fernandes ⁽¹⁹⁷⁵⁾, outro importante aspecto a ser destacado foi o surgimento e ampliação das Instituições de nível superior privadas organizadas objetivando a mera transmissão de conhecimentos, por sua vez, distanciadas das atividades de pesquisa, pois, o foco principal eram as questões profissionalizantes.

O ensino superior privado antes da reforma de 1965 tinha uma estrutura parecida com o do ensino superior público. Contudo, o período dos governos autoritários no Brasil acabou proporcionando a esse ensino privado um espaço maior, à medida em que imponha restrições aos movimentos estudantis existentes nas Universidades públicas.

Rossato ⁽²⁰⁰⁵⁾, destaca que após o golpe de 1964, criou-se um clima de insatisfação em relação a estrutura da universidade brasileira entre estudantes e professores. Em várias instituições, alunos e professores demonstravam sua discordância com relação aos currículos existentes. Paralelamente a isso, estudantes se mobilizaram

diante da incapacidade do ensino público de absorver os alunos aprovados nos vestibulares. Parte significativa desses estudantes não conseguiam vagas nas Universidades Públicas, o que acabou gerando de certa forma um foco de tensão social. Diante do quadro caótico e de indignação que o País vivia, o governo militar sentindo-se pressionado, optou por uma reformulação no ensino superior do País., partindo então para estudos que pudessem dar conta das reais necessidades da sociedade naquele momento, acabou por propiciar em grande escala a proliferação de Universidades privadas, criando assim um ensino de perfil "empresarial".

A nova Lei 9.394/96 traz importantes avanços em relação á formação superior, em especial aos professores que atuam na educação infantil e ensino fundamental, ampliando assim suas formações de magistério para um dito nível superior, trazendo à tona as lacunas decorrentes do processo de formação de professores de outrora. A formação dos profissionais da educação é estabelecida um capítulo sobre o propósito, a lógica e os níveis deste treinamento e locais onde ocorrem as modalidades de profissionalização para atender a Educação Básica. Dessa forma, a formação de professores a partir da legislação vigente em seu artigo 62, estabelece que:

Formação de professores para atuar na educação básica será um nível superior, de graduação, graduação plena em universidades e institutos de ensino superior, admitida como formação mínima para o exercício da docência na educação infantil e as quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecido no nível secundário no modo normal. (Art. 62).

Nas alterações feitas pela legislação, no que se refere à formação de professores, deve se fazer considerações sobre a formação mínima para o exercício da docência na educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, no modo normal, o que indica que na nova estrutura apresentada, é admitida como formação mínima para o exercício do magistério. Entretanto, ainda no processo de formação de professores, a legislação abre possibilidades também para a criação dos Institutos Superiores de Educação, Lei 9.394/1996 Artigo 63, quando afirma que: Os Institutos de Ensino Superior mantenham:

- I. *cursos de treinadores profissionais para o ensino básico e secundário completo, incluindo curso superior normal para a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental;*
- II. *programas de formação de professores para os titulares de diplomas de ensino superior que desejam fazer o ensino médio completo;*
- III. *programas de educação continuada para os professores da educação em vários níveis.*

A partir dessa perspectiva profissional, o educador é capaz de vislumbrar seu crescimento enquanto importante agente de mudança social, dando continuidade a sua formação de uma maneira mais específica. Isto significa que a esse educador compete uma constante busca pelo conhecimento, e que possa ser capaz de se instrumentalizar com ferramentas que o leve a construir, analisar e compreender sobre as diferentes concepções de homem e de mundo.

Dadas às exigências e desafios no campo da educação, é necessários que esses profissionais tornem-se cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados em todos os níveis, favorecendo assim, uma prática contínua e, portanto mais

produtiva, tendo como resultados um bom desempenho de docentes e docentes em suas atuações em sociedade.

Acredita-se que as necessidades impostas pelo século XXI emanam das novas exigências sociais, de que as políticas educativas sejam elaboradas e executadas levando-se em consideração as várias dimensões que envolvem a sociedade, com uma dimensão de princípios éticos, políticos, culturais e pedagógicos. O que se pretende reinterar aqui é que dentre as várias tarefas do educador, a compreensão da dimensão pedagógica das relações sociais parece ser uma das mais importantes, pois, ajuda a nortear as políticas sociais e educacionais, uma vez que leva ao estabelecimento de uma interlocução entre as dimensões real /ideal.

Perrenoud⁽²⁰⁰⁸⁾ destaca que é necessário, portanto, inovar, construir e desconstruir o processo educativo por meio de procedimentos inovadores, que possam ser utilizados como ferramentas para o desenvolvimento do potencial tanto do aluno quanto do professor, para atender as novas situações, resolver problemas e encontrar alternativas. E, neste caso, incluir o ensino baseado em "pesquisa" que permite energizar a unidade teórica e prática, e assim, qualificar a atuação de professores e alunos, no sentido de enfrentar desafios estes que possam revigorar o processo de ensino e aprendizagem.

Contreras⁽²⁰⁰²⁾ ressalta que as exigências do novo milênio levam o homem para o desenvolvimento pautado no domínio de informações, conhecimento do mundo e, a partir daí o estabelecimento de uma relação ao mesmo tempo contextual e global para articular e organizar as condições na resolução de problemas e conflitos que se apresentam hoje na sociedade.

Universalmente, o homem esteve sempre envolvido em vários problemas, conhecidos ou não, os quais de alguma forma precisavam ser resolvidos. A resolução destes problemas leva a pesquisar, estudar, analisar e refletir os conceitos básicos para iniciar uma investigação sistemática. Assim, dada à necessidade de um suporte teórico e metodológico que o ajude a usar as ferramentas metodológicas, não apenas como regras sobre como fazer pesquisa, mas também, apropriá-los para servir como base para pensar criticamente sobre o mundo com um ponto de vista científico, isso se faz necessário, à medida em que esse homem entra em um processo de redescoberta de si mesmo e do mundo que o cerca.

Considerando que a sociedade vivencia constantes mudanças, as instituições responsáveis pela produção e sistematização de conhecimentos precisam desenvolver recursos humanos com uma visão de mundo em que veja o conhecimento como algo amplo, pois, é preciso que hajam mudanças urgentes na educação, em que se possam construir conhecimentos considerando as várias linguagens existentes e suas singularidades. Em uma visão mais complexa, é necessário que se pense e se conceba a sociedade com olhos de um "pesquisador", sobretudo faminto por conhecer uma determinada realidade, a qual poderá ser modificada conforme as necessidades da sociedade, sobretudo as da maioria, que busca sobreviver tentando superar os inúmeros problemas existentes.

A educação precisa de novos desafios, mudança de paradigma capaz de levar o homem a repensar suas teorias e recolocar sua prática a serviço de toda a comunidade,

possibilitando assim uma construção coletiva em que todos possam contribuir com seus saberes e ações. O educador não pode e nem deve ser visto apenas do ponto de vista da "transmissão" de conhecimentos produzidos ao longo dos anos, mas sobretudo aquele que rompe com as velhas e ultrapassadas estruturas, as quais certamente estão fadadas ao fracasso.

Pode-se afirmar que uma das características do sistema capitalista no Brasil e no mundo, foi o aumento rápido das relações comerciais, o que fez com que a internacionalização da economia proporcionasse a quebra de barreiras tanto de importação quanto de exportação, abrindo-se cada vez mais para a entrada do capital estrangeiro. Dessa forma, os países subdesenvolvidos tornaram-se consumidores das grandes potências econômicas tornando-se dependentes dos mesmos, como bem reflete Altmann⁽²⁰⁰²⁾.

Com o crescimento cada vez maior da globalização, as desigualdades sociais assumem grandes espaços, o que acabou gerando a necessidade de reestruturação do sistema capitalista. Para tanto, a educação acaba por tomar um lugar central, aliado a isto à aquisição de conhecimentos na área da informática, por exemplo, que passa a ser a principal via de acesso ao conhecimento agora globalizado. Neste sentido, concordando com Oliveira^(2001, p.58): "*O papel do professor passa a ser preponderante para a plena realização dos objetivos traçados no contexto das políticas adotadas*".

A política educacional no Brasil implantada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), atendendo as exigências do Banco Mundial caracterizou-se pela descentralização das responsabilidades do Estado para com a educação superior. O que acabou aprofundando o caráter de mercantilização da educação superior, abrindo espaço para um ensino além das fronteiras.

Segundo Altmann⁽²⁰⁰²⁾, a expansão do ensino superior foi marcada por um crescente processo de privatização, o que acabou por proporcionar um aumento desenfreado no número de estabelecimentos de ensino superior de ordem privada no País, sem, contudo haver um controle acerca das ofertas. A diversificação na oferta de ensino superior nos Países latino-americanos em especial no Brasil apresentou altos índices de crescimento, porém isso se fez presente no âmbito privado.

Observando as palavras de Alarcão⁽²⁰⁰⁰⁾, percebe-se, que a formação de professores no Brasil, ainda continua acontecendo de maneira lenta, levando-se em consideração as demandas existentes e o próprio contexto atual em que se vive. Muitas continuam sendo as responsabilidades que se impõe a esse profissional e suas condições de formação ainda devem ser vistas como desafios para o Estado, á medida em que precisa ser constantemente revista conforme as necessidades não somente da sociedade, mas, sobretudo desses profissionais do ponto de vista também pessoal. Conforme Nicastro^(2011, p.37) afirma que: "*Para hablar de volver a mirar, de visitar, necesitamos hacer historia porque se trata de una cuestión que nos provoca, al inscribirnos simultaneamente en dos encenas que insinúan, em algunos de nosotros, sensaciones opuestas*".

3. O curso de Pedagogia

No Brasil, a educação tem sido apontada como um dos fatores principais para o desenvolvimento do País, mesmo em uma sociedade em que as desigualdades permanecem inalteradas. Percebe-se, então, que o professor diante desse quadro tem sido apenas um objeto das políticas educacionais e não o sujeito das mesmas. Por outro lado, cabe destacar que as reformas sugeridas pelos organismos internacionais para a educação brasileira a partir da década de 90, tem mostrado a formação do professor como um importante instrumento de mobilização para as mudanças estruturais as quais a sociedade tanto necessita.

Considerando a complexidade do movimento reformista no ensino superior que aconteceu no Brasil nos anos 90, é importante entendermos sobre os desdobramentos das políticas para esse nível, a partir de um enfoque da formação de professores, já que se tem mostrado como uns dos princípios da concepção neoliberal.

Diante das novas formas de organização da sociedade do século XXI, em que as relações são estabelecidas em virtude do atendimento as necessidades sociais e econômicas do País, o ensino superior, em especial, à formação de docentes, tornou-se parte de grandes embates de cunho político e social, liderando dessa forma uma preocupação do Estado. Diante disso, faz-se necessário realizar análise desse novo contexto que se apresenta embasado do conhecimento técnico-científico assumindo uma postura crítica e questionadora, além de comprometida com aqueles que assumiram o magistério como sua profissão.

Percebe-se, uma espécie de perda quando se fala sobre o tripé que rege o ensino superior, Ensino, pesquisa e extensão, á medida em que as exigências imediatas do mercado acabam por substituir a real finalidade do ensino superior como espaço de diálogo e construção de novos saberes e, portanto novas práticas.

De acordo com as observações de Mizukami⁽²⁰⁰²⁾, as implicações da política neoliberal na educação superior acabaram por impedir a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, elementos essenciais no processo de valorização de novos saberes e novas práticas. O avanço do conhecimento humano trouxe também, a necessidade de se repensar a formação do professor como um processo significativo na construção de um ensino de qualidade. Essa formação conforme Mizukami⁽²⁰⁰²⁾, é algo contínuo e que deve acima de tudo estar comprometida com o ser humano.

O curso de pedagogia no Brasil passou por inúmeras mudanças, as quais trouxeram consigo dúvidas em relação à formação de professores, assim como de sua atuação pedagógica.

Conforme explica Scheib⁽²⁰⁰⁷⁾, as mudanças ocorridas no campo da educação brasileira a partir da década de 90 têm mostrado uma importante flexibilização no que concerne às políticas voltadas para a formação de professores no Brasil. Isto, se deve ao fato de que existem exigências de organismos internacionais, que se configuram como financiadores dessa nova política social implementada no País após o término dos governos autoritários.

A promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.393/96 na década de 90 no Brasil, gerou impactos nos cursos de pedagogia ofertados nas universidades,

articulando-se numa ampla movimentação em contraposição aos artigos 62, 63 e 64 que descaracterizavam os referidos cursos em relação à formação de professores. Nesse momento, houve uma grande movimentação tanto de professores quanto de alunos em relação à possibilidade de extinguir gradualmente a formação de professores trabalhada nos cursos de pedagogia. Dessa forma, o surgimento de instituições de ensino superior de maneira desenfreada começam a surgir no Brasil.

De acordo com Cunha⁽²⁰⁰⁵⁾, com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) Nº 9.394/96, passa então a ser exigida em todo o País a formação com nível superior em Pedagogia para trabalhar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Entretanto, ainda devido à legislação anterior admitem-se profissionais somente com o nível médio (magistério) desde que busquem a nova formação. Brasil⁽¹⁹⁹⁶⁾.

Cunha⁽²⁰⁰⁵⁾ diz ainda que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Nº 9.394/96, ao abrir espaço para os institutos superiores de educação acabou por acelerar cursos com cerca de dois a três anos de duração, o que provocou uma desvalorização do profissional da educação. Os chamados cursos normais superiores como ficaram conhecidos no Brasil, dissociava pesquisa de prática de ensino, numa concepção de que o ensino é uma forma instrumental de construção e disseminação do conhecimento, ficando a pesquisa destinada aos cursos de pós-graduação. Na verdade, essa desvinculação fragmenta o princípio da "indissociabilidade" entre o ensino e a pesquisa na formação de docentes. Verifica-se que, a indefinição de uma política global para a formação de professores permite que outros meios de oferta desses cursos continuem a existir, fragmentando assim a luta mais uma vez pela formação dos profissionais da educação que buscam uma formação baseada na concepção sócio histórica da educação em oposição pelas formações rápidas e superficiais cujo foco é atender as demandas econômicas do mercado neoliberal.

Além da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), destaca-se no Brasil o PNL (Plano Nacional de Educação) aprovado pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, o qual mostra como deverá constituir-se o processo formativo de professores que irão atuar na educação básica. As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia foram instituídas através da Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº. 01, de 15 de maio de 2006, e identificadas por sua vez nos Pareceres CNE/CP Nº 5/2005 e Nº 3/2006.

Percebe-se que a formação de professores nos cursos de pedagogia nada mais é do que a expressão das discussões e acordos políticos e econômicos, o que veio fortalecer as práticas usuais de deturpação da prática do magistério, uma vez que os mecanismos que foram criados para a certificação desses profissionais surgiram somente para acompanhar as exigências do mercado. Conforme Maués^(2003, p.103):

"O caráter de aproveitamento da experiência, que é válido e importante, tem se prestado a um ligeiramento na formação, aumentando assim o número de professores com diploma de nível superior, diminuindo o custo da formação e alterando as estatísticas, exibidas como se o país tivesse priorizado a educação e a formação de professores".

De fato, é uma importante reflexão que precisa ser feita em relação aos procedimentos que são utilizados nos cursos de formação de professores. Percebe-se conforme bem coloca Maués⁽²⁰⁰³⁾, que o processo dito de "aligeiramento" atrapalha a ideia de formação, subtraindo dos cidadãos, assim a possibilidade de uma melhor qualificação e, portanto deixando de oferecer à sociedade os resultados de que tanto necessita em seu

permanente processo de construção. As políticas de facilitação em relação à oferta de cursos de formação de professores têm enfraquecido os cursos oferecidos nas universidades públicas. Nesse contexto, concorda-se com Silva ^(1999, p.59) quando afirma que: *"Não se pode pretender que o profissional resultante de tal estrutura possua compreensão da educação e possa atuar como educador, considerando que justamente os estudos relativos ao campo da educação estão sendo omitidos em sua formação"*.

O progresso que nos dias de hoje se tem vivenciado é o resultado em parte do avanço das tecnologias, estas por sua vez provocaram mudanças estruturais no cenário educacional, que representam novos desafios para a formação de professores no curso de pedagogia, pois, precisam reelaborar novos currículos para as novas demandas apresentadas.

Para Delors⁽¹⁹⁹⁸⁾ uma formação voltada para um professor que pretende preparar seus alunos dentro de uma concepção crítica da educação não pode ficar restrita apenas a uma transmissão teórica, mas para uma prática norteada por um conjunto de princípios que tenha como finalidade, o exercício de cidadania do ponto de vista da democracia. Nesse sentido, sente-se cada vez mais a difusão de um processo de construção voltado para a "desqualificação" da formação do professor, isso por não dedicar tempo suficiente para a preparação de profissionais que estejam de fato preparados para trabalhar com a sociedade em formação (crianças, jovens).

Diante do contexto ressaltado, resta ao curso de pedagogia uma espécie de resgate de sua identidade, que aos poucos foi perdendo sua principal característica que é a formação de pessoas, não somente do ponto de vista das metodologias de ensino, mas também do ponto de vista da formação humana.

4. Considerações Finais

As reflexões propostas neste estudo permite afirmar que se faz necessário a construção de projetos voltados para a formação do pedagogo que atua com a docência, uma vez que é preciso despertar o compromisso com as práticas educativas. Porém, entende-se que é preciso também ampliar o foco de ação desses profissionais, não os restringindo somente às questões metodológicas.

São muitos os desafios que hoje são colocados para os docentes, e os pedagogos possuem um papel de destaque, pois, são os grandes responsáveis pela promoção das mudanças que tanto se busca no Brasil. É preciso mais que discursos, ações que levem os alunos em formação a serem estimulados a pensar e conceber novas formas de ensinar, assim como novas maneiras de aprender, aprimorando o que já sabem e construindo sob novos olhares, novas reflexões, condições múltiplas de promoção de mudanças para todos os segmentos sociais, contribuindo assim para uma sociedade menos desigual.

5. Referências

- (1) Alarcão, Isabel. Contribuição da didática para a formação de professores: reflexões sobre o seu ensino. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 159-190.
- (2) Altmann, Helena. Influências do banco mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28. Nº1, p.77-89 2002.
- (3) Brasil. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: Acesso em 13 Jan. 2016.
- (4) Brasil, Ministério da Educação. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- (5) Contreras, J. (2002) Autonomia de professores. São Paulo: Cortez.
- (6) Cunha, Maria Isabel (Org.). (2005) Formatos Avaliativos e Concepção de Docência. Campinas: São Paulo: Autores Associados.
- (7) Delors, Jacques (Org.). (1998) Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez.
- (8) Fernandes, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- (9) Kllksberg, Bernardo; Sottoli, Susana. (2002). Cambios estructurales, situación social y dimensiones para el análisis y diseño de políticas sociales en América Latina Papeles de Población, vol. 8, núm. 34, octubre-diciembre, Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México.
- (10) Maués, Olgaíses Cabral. (2003). Reformas internacionais da educação e formação de professores. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, nº 118.
- (11) Mizukami, Maria da Graça Nicolette, et al. (2002). Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. São Carlos: EDUFSCAR
- (12) Nicastro, Sandra. (2011). Revisar la mirada sobre la escuela: Exploraciones acerca de lo ya sabido – 1ª ed. – 4ª reimp. – Rosario: Homo Sapiens Ediciones.
- (13) Oliveira, Dalila. (2001). Política educacional nos anos 90: Educação básica e empregabilidade. IN: Dourado, Luiz F.; PARO, Vitor. H. (Orgs.) Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Xamã.
- (14) Perrenoud, Phillippe. (2008). Dez novas competências pra ensinar. Porto Alegre: Artmed.
- (15) Romanelli, Otaíza de Oliveira. (1999). História da educação no Brasil (1930/1973). 25. ed. Petrópolis: Vozes.
- (16) Rossato, Ricardo. (2005). Universidade: nove séculos de História. Passo Fundo: UPF.
- (17) Saviani, Dermeval.(et al). (1995). Pedagogia: Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze testes sobre a educação política. 30. Ed. Campinas: Autores associados.
- (18) Silva Neto, (1999). Antonio da. Concepções de Universidade: Uma perspectiva fenomenológico-existencial hermenêutica. São Luís.
- (19) Scheib, Leda. (2007). Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. Cadernos de pesquisa, Fundação Carlos Chagas, Jane/abril.